

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.429.088 - SP (2019/0008674-9)

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : **CLIOM LTDA**
ADVOGADOS : **REGIS DANIEL LUSCENTI - SP272190**
 JOSÉ WILSON REIS FILHO - SP343350
AGRAVADO : **COOPERATIVA DE ECONOMIA E CREDITO MUTUO DOS**
 MEDICOS E DEMAIS PROFISSIONAIS DE NIVEL SUPERIOR DA
 AREA DE SAUDE DE OURINHOS - OURICRED
ADVOGADOS : **LARISSA RODRIGUES LARA - SP213237**
 MARCIO OLIVEIRA DA CRUZ E OUTRO(S) - SP269236

DECISÃO

1. Cuida-se de agravo interposto por CLIOM LTDA contra decisão que não admitiu o seu recurso especial, por sua vez manejado em face de acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, assim ementado:

Ação de obrigação de fazer para compelir a Cooperativa a conceder à autora o crédito contratado Pedido de indenização por danos morais - Ação julgada improcedente para considerar prejudicado o pedido de obrigação de fazer e rejeitar a indenização por danos morais - Apelo da autora - Manutenção do decisum - Deveras, a pessoa jurídica é passível de sofrer dano moral quando há violação da sua honra objetiva Entendimento que se extrai da jurisprudência do E. Superior Tribunal de Justiça - Súmula 227 do STJ - Ausência, no entanto, de prova quanto à ofensa ao bom nome e imagem da autora, ônus que lhe incumbia - Ao contrário, o contexto probatório dos autos demonstra que a recorrente foi quem deu causa a não liberação do crédito no prazo ajustado, haja vista que, tendo ciência, não cumpriu a condição imposta pela Cooperativa, relativa à quitação de financiamento automotivo antecedente - Análise de risco que se insere no critério subjetivo da Cooperativa e é realizado internamente - Se a autora antecipou-se na aquisição do veículo, comprometendo-se perante o vendedor sem possuir, ainda, a efetiva liberação do crédito, tal fato não pode ser imputado à ré Dano moral não configurado Recurso desprovido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Nas razões do recurso especial, aponta a parte recorrente ofensa ao disposto nos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015. Sustenta que há omissão no julgado recorrido, uma vez que argumentos da apelação e elementos informativos constantes nos autos não foram apreciados. Afirma que "o teor tanto da sentença quanto do acórdão daquele e. tribunal destoam completamente realidade da dinâmica e cronologia dos fatos, dando conotação de que a ora Recorrente fora precipitada em relação ao negócio jurídico firmado." (fl. 274)

Decido.

2. Não há falar em violação aos arts. 489 e 1.022 do Código de Processo Civil de 2015. O eg. Tribunal **a quo** dirimiu as questões pertinentes ao litígio, com

fundamentação clara e suficiente.

A propósito, vale conferir o seguinte trecho do acórdão dos embargos de declaração:

Ora, o certo é que o aresto reconheceu, conforme contexto probatório dos autos, a culpa da própria embargante em ter se antecipado na compra do veículo sem cumprir a condição imposta pela Cooperativa para liberação do crédito no prazo ajustado, razão pela qual não havia mesmo que se falar em falta de boa -fé objetiva da embargada. Deveras, os efeitos infringentes somente são cabíveis quando consequência lógica do saneamento de eventual omissão, obscuridade ou contradição que integrem a decisão embargada, hipótese, como acima aduzido, não verificada. (fl. 313)

Frise-se que não significa omissão ou falta de fundamentação quando o julgador adota outro fundamento que não aquele perquirido pela parte.

A propósito:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO CONFLITO DE COMPETÊNCIA - AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, CONTRADIÇÃO OU OMISSÃO - REDISCUSSÃO DO JULGADO - DECLARAÇÃO DA COMPETÊNCIA DO JUÍZO FALIMENTAR - PRECEDENTES DO STJ.

1. Os embargos de declaração, a teor das disposições do art. 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, são inviáveis quando inexistente obscuridade, contradição ou omissão na decisão embargada.

2. Ausência de omissão, contradição, obscuridade ou erro material do acórdão embargado. Recurso dotado de caráter manifestamente infringente. Inexistência de demonstração dos vícios apontados, objetivando à rediscussão da matéria, já repetidamente decidida.

3.(...)

4. Embargos de declaração rejeitados.(EDcl no AgInt no CC 144.334/RJ, Rel. Ministro MARCO BUZZI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 24/08/2016, DJe 29/08/2016)

3. Ante o exposto, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator